

## ● O discurso institucional sobre cultura negra em Ilhéus-BA e suas relações com o turismo: a memória do estado e a cultura como atrativo

Sandro Campos Neves ([sandrocamosneves@yahoo.com.br](mailto:sandrocamosneves@yahoo.com.br))\*

### Resumo

O presente artigo objetiva analisar alguns aspectos do funcionamento do discurso de autoridades públicas de Ilhéus sobre cultura negra em suas relações com o turismo. A partir da análise das condições de produção do discurso, marcadamente das condições sócio-históricas de sua produção, procura-se analisar de que forma são produzidos sentidos a respeito da cultura negra no município de Ilhéus-BA. O esforço teórico empenhado na Análise de Discursos de autoridades públicas sobre cultura negra se justifica no sentido de identificar alguns mecanismos de exercício de poder que se estabelecem na relação do Estado com grupos de cultura negra na cidade de Ilhéus-BA. O trabalho utiliza como metodologia a Análise do Discurso de Escola Francesa.

**Palavras-chave:** Discurso Institucional; História Oficial; Cultura Negra, Turismo;

### Abstract

The present article objectives to analyze some aspects of the functioning of the speech of public authorities of Ilhéus on black culture in its relations with the tourism. Throught the analysis of the conditions of production of the speech, specially the socio-historical conditions of its production, it is looked to analyze how are produced meanings about the black culture in the city of Ilhéus-BA. The pledged theoretical effort in the Analysis of Speeches of public authorities on black culture if justifies in the direction to identify some mechanisms of power exercise that are established in the relation of the State with groups of black culture in the city of Ilhéus-BA. The work uses the methodology of Analysis of Speeches of the french school.

**Key-words:** Institutional speech; Official History; Black Culture; Tourism;



## Introdução

O objetivo desse artigo é analisar o discurso das autoridades públicas de Ilhéus - BA a respeito da cultura negra em suas relações com o turismo. A partir do estudo das relações discursivas estabelecidas pelos agentes de políticas públicas da Prefeitura Municipal sobre o tema cultura negra objetiva-se desvendar os mecanismos de funcionamento do discurso institucional sobre o tema em Ilhéus-BA. Para realizar tal análise serão destacadas as condições de significação do discurso dessas autoridades, condições essas que fazem parte de um contexto mais geral das condições de produção do discurso. Considera-se que condições de significação do discurso são a parte das condições de sua produção que se referem a:

*[...] o contexto sócio-histórico enquanto capaz de refletir o movimento entre o lingüístico e o discursivo; a relação de implícito e do explícito; a relação de forças; a relação de sentidos; a antecipação; a relação do texto com os textos possíveis naquele contexto; a relação de dominância de um sentido sobre outros. (ORLANDI, 2000 p.173-4).*

Dessa forma, o objetivo aqui proposto é demonstrar com base em enunciados produzidos por autoridades públicas dos setores de Cultura e Turismo de Ilhéus, sobre cultura negra, como esses enunciados se relacionam com as condições sócio-históricas de sua produção para produzir efeitos de sentido a partir da posição ocupada por seus locutores. A partir das condições sócio-históricas de sua produção e a partir da posição ocupada pelos locutores acredita-se que tal discurso encontra condições privilegiadas para impor-se como verdade.

Assim, nesse artigo o que se procura é demonstrar, a partir desses princípios, de que formas o discurso produzido pelos agentes de políticas públicas de Ilhéus sobre cultura

negra em suas relações com o turismo encontra condições de se impor como verdade e exercer relativa dominância se comparado a outros discursos produzidos. Considera-se que:

*Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos; a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2001 p.12)*

Dessa forma, o que se procurará aqui será estabelecer através de quais mecanismos o Estado e os agentes produtores de políticas públicas fazem valer o seu discurso e buscam garantir sua dominância através do estabelecimento de um regime de verdade. Deve-se destacar que para Foucault (2001), "A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam e os efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. "Regime" de verdade". (p.14). Assim deve-se também demarcar desde já que se considera aqui o Estado, como Marx e Engels (1973), "[...]a forma na qual indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns[...]"(p.98).

No entanto, considera-se que a forma como os indivíduos da classe dominante fazem valer seus interesses no interior do Estado é operacionalizada através do exercício do poder que segundo Foucault (2001) deve ser considerado como, "[...] uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais que como uma instância negativa que tem por função reprimir" (p.8). Assim, o poder será aqui considerado, muito mais uma relação onde as duas partes

\*Graduado em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrando em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz UESC/UFBA

exercem poder do que uma prática impositiva onde existe um poder total e uma subordinação total. Assim, justifica-se a preocupação em utilizar-se aqui, não só o discurso institucional através da propaganda turística, mas principalmente a fala dos agentes de políticas públicas que são as microestruturas no interior do Estado que estão encarregadas de exercer parte substancial do poder e através de suas ações estabelecer um regime de verdade.

### **A história oficial de Ilhéus como contexto sócio-histórico para a produção de um discurso institucional sobre cultura negra em suas relações com o turismo**

Para começar a elucidar quais são os aspectos sócio-históricos que determinam a produção de um discurso institucional sobre cultura negra em suas relações com o turismo, deve-se entender que tais condições estão ligadas à construção e veiculação de uma versão da história local. Nesse contexto importa entender o papel da história na disputa e no exercício do poder. A história como ciência interpretativa, mas principalmente como prática de legitimação social e interpretação do passado pela sociedade, prestou-se várias vezes à dominação de um grupo sobre outros, principalmente na construção dos chamados Estados Nacionais. Pode-se verificar o papel importante que a escrita da história teve na construção de soberanias nacionais e também na dominação de um grupo sobre outros a partir, entre outros autores<sup>1</sup>, de Foucault (1999), para quem "Os grandes reis fundamentam, pois, o direito dos soberanos que lhes sucedem e transmitem, assim, seu brilho para a pequenez de seus sucessores. Aí está o que se poderia chamar a função genealógica da história"(p.77). A função genealógica da história é vista então na construção, em primeiro lugar, das monarquias unificadoras na Europa medieval e mais tarde

nas revoluções burguesas como a Revolução Francesa, onde sempre se procurou escrever uma história que legitimasse a soberania do grupo que então ascendia ao poder. Essa escrita da história baseia-se na função genealógica de atribuir importância aos herdeiros de um passado monumental. Essa função se deu tanto a partir da idéia de direito divino do monarca ao trono, quanto da importância libertadora dos ideais da revolução na fundação das democracias burguesas.

Assim, se a história serviu para a legitimação da dominação de classe em outros contextos históricos, no caso de Ilhéus ela pareceu ter a mesma função, remetendo a dominação de grupos sociais atuais ao papel que suas famílias tiveram no passado local.

Até os anos 80, na produção historiográfica sobre Ilhéus era dominante a visão de que os coronéis teriam sido os responsáveis pelo progresso e enriquecimento da região<sup>2</sup>. Os efeitos dessa extensa produção bibliográfica produzida na esteira de uma série de documentos confeccionados sob as ordens do intendente de Ilhéus em 1912, Antônio Pessoa, podem ser observados na leitura que se faz da história local pelas políticas de preservação do patrimônio produzidas pela Prefeitura, além das leituras produzidas pela sociedade local quando referem-se a história de Ilhéus exaltando o papel dos coronéis. Pode-se situar o início da produção da versão oficial da história local a partir de 1912, quando ocorre uma mudança na conjuntura política estadual, que alça J.J. Seabra ao governo estadual e que conseqüentemente leva seu aliado, o Coronel Antônio Pessoa, à intendência de Ilhéus. Essa mudança conjuntural representa uma crise no poder das famílias ligadas ao Império, que sentem tardiamente os efeitos da queda da monarquia e da ascensão da República.

1 Para mais ver HOBBSBAWN (1990), IANNI (1993), ABREU (2003)

2 Ver GARCEZ e FREITAS (1979), CAMPOS (1981) e ASMAR (1983)

A partir daí, a facção no poder, ligada à nova elite econômica dos cacauicultores, passa a ser dominante e a deixar as primeiras marcas de seu domínio na paisagem ilheense:

*Gradualmente, os "pessoístas" passaram a expressar seu poder social e político. A maioria passa a deixar de residir nas fazendas e a construir palacetes na cidade que, ao lado dos túmulos monumentais, eram um dos símbolos urbanos mais visíveis do poder dos antigos coronéis do cacau. (RIBEIRO, 2001 p.110)*

Contudo, essa é apenas uma face da estratégia posta em curso e capitaneada pelo próprio Antônio Pessoa, no sentido de criar uma memória e um imaginário que legitimasse o poder dos coronéis do cacau, na mesma medida em que descredibilizava as famílias tradicionais ilheenses, que se opunham a sua chegada ao poder. Essa estratégia se compunha também de campanha, através de um jornal da época, controlado pelos pessoístas, chamado "Diário de Ilheos". Nesse jornal:

*Pessoa acusa seus inimigos, ex-escravocratas, de possuir mentalidade atrasada e manipular as rendas municipais em benefício próprio, assim como os responsabiliza pela invasão violenta de roças de pacíficos posseiros[...]. Através dessa retórica, Pessoa assume a estratégica posição de defensor dos pequenos lavradores, viúvas e órfãos de Ilhéus e do progresso municipal. Seus artigos afirmavam que, tanto ele como seus aliados, eram trabalhadores que tinham lutado duramente para conseguir o que possuíam, sem o benefício de heranças familiares, acesso às rendas municipais ou poderosas alianças sociais ou políticas com a elite soteropolitana. (RIBEIRO, 2001 p. 112)*

Além dessa etapa da utilização de jornais, para falar diretamente aos ilheenses, os pessoístas se preocuparam também, dentro de sua estratégia, com os documentos que seriam legados para contar a história de

Ilhéus. A maior preocupação da política pessoísta com esses documentos era a de que eles contassem a história exaltando as obras de sua administração. Segundo esse discurso, os coronéis do cacau, como homens feitos por si mesmos, com sua valentia e espírito para o trabalho, construíram o progresso e a riqueza de Ilhéus. Assim:

*Ao passar a controlar a intendência municipal, em 1912, o coronel Pessoa redobrou seu esforço para mostrar-se como defensor do progresso da região e enfatizar sua ligação com os pequenos fazendeiros e comerciantes de cacau. A partir desse período, são escritos diversos trabalhos sobre a região e o cultivo do cacau, onde é perceptível a influência do discurso pessoísta. (RIBEIRO, 2001 p.115).*

Através desses expedientes, os políticos em Ilhéus daquela época construíram uma estratégia de fundação de uma memória, ou discurso de memória, que os coloca na base da identidade e memória regionais da chamada "Nação Grapiúna". Essa estratégia, de construção de memória que mais tarde se torna também de escrita da história é construtora do discurso sobre cultura negra, na medida em que ao superdimensionar a importância de um grupo na história e na sociedade local desvaloriza outros grupos, entre eles os negros.

No entanto, para se concretizar como discurso dominante sobre a história local, a versão "Pessoísta" da história de Ilhéus não se apoiou apenas na produção de documentos e historiografia local, mas ancorou-se também na literatura de Jorge Amado.

A literatura amadiana, durante suas primeiras obras, tratou de Ilhéus, do cacau e suas histórias, sob uma ótica bem diferente da narrativa consagrada em *Gabriela*. Nas obras *Terras do Sem Fim* e *Cacau*, Jorge Amado, influenciado pelo comunismo, tratou a questão do cacau a partir da ótica dos

trabalhadores rurais, tidos pelo autor como explorados. Segundo Ribeiro (2001), em Cacau:

*Oriundo de uma família de migrantes sergipanos enriquecidos, Amado era, então, um jovem escritor comunista que atacava o capitalismo selvagem praticado na região cacaveira, fazendo uma análise das condições de trabalho nas propriedades do sul baiano (p.124)*

Posteriormente, com *Gabriela*, Amado alcança a notoriedade que mais tarde o alçaria à condição de um dos maiores escritores da literatura brasileira e mundial. Essa notoriedade obtida ocorre inclusive entra a elite local que tratou de promover a obra de Amado. A aceitação de *Gabriela* pela elite cacaveira adveio do fato de que, nela, Amado contribui para caricaturar as famílias tradicionais aristocráticas de Ilhéus, através da figura do Doutor, que tinha vínculos com o Império. Dessa forma, principalmente através de *Gabriela*, Amado contribui de duas formas no reforço da estratégia Pessoísta de legitimação política: ao reafirmar o mito fundador dos coronéis como homens valentes, que se fizeram sozinhos; e também ao descredibilizar o passado aristocrático das famílias tradicionais locais que se opunham ao poder pessoísta. Pode-se verificá-lo no seguinte trecho de *Gabriela*:

*Muita coisa recordava ainda o velho Ilhéus de antes. Não o do tempo dos engenhos, das pobres plantações de café, dos senhores nobres, dos negros escravos, da casa ilustre dos Ávilas. Desse passado remoto sobravam apenas vagas lembranças, só mesmo o Doutor se preocupava com eles. (AMADO,2002 p.14)*

A elite econômica de Ilhéus, ainda é formada por descendentes dos coronéis e encontra-se incrustada no aparelho do Estado. Assim, mantêm-se ligada aos interesses materializados através das políticas municipais, tanto de Cultura como de Turismo,

e por isso, foram realizados altíssimos investimentos na construção do "Quartirão Jorge Amado", no centro da Cidade, na reforma do Bataclan, famoso prostíbulo freqüentado pelos coronéis, da obra *Gabriela*, e também na construção da Casa de Cultura Jorge Amado. Dessa forma, se exerceu a função genealógica da história em Ilhéus ao remeter o presente e a atual situação de posições na sociedade a uma versão de um passado remoto onde certas figuras tiveram importância. No presente se justifica a dominação de seus herdeiros com base na suposta importância dos ancestrais.

Assim, a política de patrimônio em Ilhéus, construída a partir de uma leitura da história local exaltada na obra *Gabriela*, Cravo e Canela de Jorge Amado faz com que seja preservado como patrimônio e como representativo da cultura local, aqueles monumentos que se referem à história dos coronéis da região. Dessa forma, a "história oficial" de Ilhéus funciona como o contexto para a produção de um discurso institucional a respeito da cultura local e por consequência da cultura negra na região. Como será visto na análise dos enunciados, sempre que se refere à cultura local o poder público valoriza aqueles prédios e manifestações que dizem respeito à versão da história tida como oficial e representada em diversos trabalhos científicos sobre a região.

Além da produção de um discurso oficial sobre a história local, outro fator relacionado ao contexto sócio-histórico da região pode ser considerado importante para a produção do discurso das autoridades públicas sobre cultura negra na região, o patrimonialismo. Segundo Canclini (2003), na América Latina, "[...] as tradições ainda não se foram e a modernização não terminou de chegar" (p.17), assim, o que o autor procura demonstrar é que a marca da heterogeneidade latino-americana pode ser

percebida a partir da convivência de elementos tradicionais e modernos nas sociedades de cada país.

Dito de outra forma concebe-se a América Latina como, "uma articulação mais complexa de tradições e modernidades (diversas, desiguais), um continente heterogêneo formado por países onde, em cada um, coexistem múltiplas lógicas de desenvolvimento."(Op.Cit.p.28). Assim, em cada país da América Latina os elementos tradicionais persistentes moldam a cultura local e a produção de discursos sobre cultura. O traço tradicional que aqui se procura enfatizar como persistente na sociedade brasileira e que molda o discurso das autoridades públicas sobre cultura negra em Ilhéus é o que Holanda (1995) chama de cordialidade, que pode ser lida como o que presentemente se chama de patrimonialismo. Tal característica da sociedade brasileira enfatizada pelo autor é representada pela confusão entre público e privado ou na utilização do aparelho público para fins privados. Essa característica pode ser vista no caso estudado a partir também do que se considera como representativo em termos de patrimônio e cultura na região.

Quando a partir de uma versão produzida da história local, que enfatiza o papel dos coronéis como os grandes patrocinadores do progresso na região, se produz uma política de cultura que investe dinheiro público na preservação de patrimônio referente a essa versão da história, se está, em verdade, investindo dinheiro público em patrimônio privado. Os prédios tidos como patrimônios representativos da versão "Pessoísta" da história local, pertencem ainda atualmente às famílias de coronéis do passado. Quando essas famílias, bem representadas na política local, conseguem através do aparelho de Estado a preservação de locais representativos de um passado que é eminentemente particular,

pode-se pensar que é um traço do ainda persistente patrimonialismo na política e sociedade brasileiras.

Essa característica cria problemas, pois canaliza os investimentos públicos tanto em Turismo como em Cultura, no reforço do discurso amadiano de "Gabriela Cravo e Canela" que representa a versão da história sustentada pelas elites. Como os recursos públicos a serem investidos, tanto no setor de Cultura quanto no de Turismo, são escassos, a Prefeitura investe naquilo que considera ter mais valor cultural e naquilo que poderia render frutos para o turismo local.

Então, a partir do patrimonialismo como critério de escolha, e da política de turismo como instrumento de reprodução ideológica, as elites locais passaram a representar seu passado e sua versão da história local como a versão oficial, o que ajuda a produzir um discurso institucional sobre cultura que resume a cultura local à cultura das elites locais e deixa esquecidas outras narrativas. Como se verá na análise dos enunciados essa perspectiva é muito presente e formadora das condições de produção do discurso sobre a cultura negra na região colocando-a como pouco importante e utilizável apenas como atrativo turístico. Ainda assim, como será visto na análise, a sua utilização como atrativo turístico se dá numa posição de subordinação onde aquilo que é considerado mais atrativo é o que se refere à história oficial e a narrativa sobre cultura negra é apresentada apenas como um atrativo e como um atrativo de menor importância.

Tal critério justifica-se uma vez que o *marketing* turístico tratou de reproduzir a versão oficial da história e tornar Ilhéus em produto turístico como a cidade de Gabriela e também a cidade dos coronéis do cacau, dos homens valentes de arma na cintura. Marginalmente, segundo o discurso institucional, pode-se encontrar em Ilhéus



também narrativas sobre a cultura negra que são vistas como atrativos turísticos.

### **A cultura negra vista somente como atrativo: análise dos enunciados do discurso institucional**

Para analisar o discurso das autoridades responsáveis pelas políticas públicas serão utilizadas as paráfrases. Assim, vai ver-se na repetição de enunciados, como a mesma relação de sentido no discurso das autoridades ficará explicitada ao longo dos diversos textos. A análise visa delimitar uma formação discursiva que apontará para princípios definidores do discurso das autoridades sobre cultura negra em suas relações com o turismo. Para empreender tal análise considera-se que formação discursiva é, "constituída por um sistema de paráfrase, isto é, é um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade[...]"(BRANDÃO, 1997 p.39). Assim, através do sistema de paráfrases a formação discursiva delimita uma identidade do discurso ou seu "regime de verdade" (FOUCAULT, 2001) interno. Para efetuar a análise, serão utilizados trechos de entrevistas de autoridades públicas nas áreas de Cultura e Turismo para jornais locais, além de um trecho de entrevista pessoal. Os trechos destacados dizem respeito ao turismo e sua relação com a cultura negra em Ilhéus, enfocando também um centro afro cultural local denominado Memorial da Cultura Negra:

(1) A.P. *O que é preciso fazer é definir qual estratégia da cidade no tocante ao turismo. Nos fóruns chegamos à conclusão de que nossas praias são lindas, mas é preciso também fazer turismo de eventos e negócios.*

A.R. *Faltam equipamentos para isso...*

A.P. *A partir de tais equipamentos vai se poder fixar o turista em Ilhéus com a*

*exploração do turismo cultural e ecológico. O governo já reergueu o Teatro Municipal, a Casa de Jorge Amado, o Vesúvio recuperado, como novo visual, o Quarteirão Jorge Amado reurbanizado, o Memorial da cultura Negra que vamos inaugurar no Dia da cidade, o Bataclan com inauguração prevista para agosto. (A Região, 01/11/03).*

(2) A.P. *[...] a lagoa Encantada, Olivença, Rio de Engenho, que são possibilidades reais. Creio que ao lado disso também devemos trabalhar a preservação do patrimônio natural, [...], fundamental para o incremento do turismo[...] (A Região, 01/11/03)*

(3) A.P. *A atividade turística envolve capacitação, articulação, investimentos da iniciativa privada e sobretudo uma visão macro do turismo. De 1997 para cá, o setor público - e quando falo em poder público me refiro ao governo municipal e ao governo estadual - conseguiu implantar um Centro de Convenções na cidade, criou um programa de infra-estrutura que tem melhorado o visual da cidade, e exemplo disso é o Quarteirão Jorge Amado, vem recuperando e valorizando prédios, espaços e sítios históricos e culturais da cidade, tanto da área pública quanto da privada, como são os casos do Bataclã, do Palácio Paranaguá, da Casa Jorge Amado, da Biblioteca Pública e do Memorial da Cultura Negra.*

(4) A.P. *O memorial está num local inadequado porque fica distante do roteiro turístico. (A região, 09/04/2005)*

(5) A.P. *O Memorial da Cultura Negra tem uma sede num lugar meio impróprio [...], é uma discussão muito grande sobre isso, uma das preocupações da Fundação é trazer o Memorial da Cultura Negra mais para o centro, nós estamos procurando um imóvel, que parece que está em via de se resolver, um imóvel numa localização estratégica em Ilhéus[...].*

Nos trechos (1), (2) e (3), pode se perceber as concepções de cultura negra, de patrimônio cultural e de patrimônio natural da cidade pensados apenas, ou principalmente, como equipamentos turísticos. Existe também a visão de que o patrimônio natural deve ser preservado somente porque é fundamental para o incremento do turismo. Esses enunciados estabelecem no interdiscurso a relação de colaboração do discurso da autoridade pública com o discurso e a noção neoliberal de Estado. O interdiscurso,

*[...] consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é conduzida [...] a incorporar elementos preconstituídos produzidos no exterior dela própria, a produzir sua redefinição e seu retorno, a suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação.* (COURTINE E MARANDIN apud BRANDÃO, 1997)

Assim, nos trechos (1), (2) e (3), a formação discursiva das autoridades públicas a respeito da cultura negra em sua relação com o turismo estabelecem na interdiscursividade com o discurso neoliberal a incorporação de elementos preconstituídos como a noção neoliberal de Estado e de política pública. Em tal noção, "No campo específico do bem-estar social, os neoliberais sustentam que ele pertence ao âmbito do privado e que suas fontes "naturais" são a família, a comunidade e os serviços privados" (LAURELL in: LAURELL (org.) p.163). Assim, no discurso neoliberal o bem-estar social deixa de ser obrigação do Estado e esse retira seus investimentos dos setores de cultura, meio ambiente, lazer entre outros a não ser que esses tenham a perspectiva de rendimento econômico. Tal relação de colaboração pode ser percebida, na medida em que a autoridade destaca um centro afro-cultural municipal mantido pelo poder público, como

um equipamento turístico, mesmo usando a expressão patrimônio cultural em outros momentos. No que tange à cultura negra, fica destacado o pensamento de que é principalmente um equipamento turístico, pelos enunciados (4) e (5). De outra forma que diferença faria sua localização perto ou longe do roteiro turístico face ao seu papel como prédio referente ao patrimônio cultural local? Essa noção demonstra uma lógica de Estado que pensa o investimento público no setor de cultura a partir do prisma da eficiência econômica e não como bem-estar social. Segundo Zermeño (1997), tal noção está presente na concepção neoliberal de espaço público.

*Nos espaços institucionalizados do espaço público, como o sistema escolar, universitário, da cultura e nos muitos meios de comunicação, também constatamos o mesmo esvaziamento da participação coletiva em favor do "eficientismo" científico e técnico [...]* (ZERMEÑO In: MALAGUTI et al (org.), 1997 p.163)

O "eficientismo" neoliberal seria, no caso, representado pela idéia de que em primeiro lugar quem pode e deve falar sobre patrimônio é uma elite de "especialistas" entre os quais os "técnicos" do poder público e que o papel da sociedade na escolha do que seja patrimônio é pouco importante. O "eficientismo" manifesta-se também na idéia expressa de que aquilo que é patrimônio cultural deve ser equipamento turístico, ou seja, que o patrimônio é importante quando dá retorno financeiro através do turismo. Assim, pode-se dizer que uma característica da formação discursiva das autoridades públicas sobre a relação entre cultura negra e turismo é a relação de colaboração com o discurso neoliberal.

As paráfrases (3) e (4) estabelecem, no bojo da mesma relação de interdiscursividade a seguinte relação de sentido: (4) o lugar do prédio seria impróprio



e a prefeitura pretendia trazer o prédio para o centro, (5) o lugar seria impróprio por ficar afastado do roteiro turístico municipal. Assim, os enunciados das autoridades públicas estabelecem, ao administrar um centro afro-cultural, o discurso de que em primeiro lugar vem a necessidade de eficiência econômica do prédio de render divisas no roteiro turístico. As funções do prédio, de oferecer bem-estar social a uma parte da população através da preservação de práticas culturais específicas desse segmento, e de oferecer opções de lazer e conhecimento para o restante da sociedade são relegadas a segundo plano. Se levar-se em consideração que tal centro cultural foi fechado com base nessa justificativa, de estar fora do roteiro turístico, em Abril de 2005 e que até Janeiro de 2006 permanece fechado têm-se então a comprovação de que sua função social foi subsumida pela sua função econômica.

A relação entre os enunciados (1), (3), (4) e (5) estabelece também uma outra significação. Verificou-se que o Estado pensa o investimento em cultura sobre o prisma da eficiência econômica em acordo com o discurso neoliberal. No entanto, o que faz um prédio ser economicamente mais eficiente do que outro? Qual hierarquia permite pensar que um centro afro-cultural seria economicamente menos eficiente do que um outro prédio qualquer dos que continuam em funcionamento? Aqui, crê-se que entra outro aspecto da formação discursiva das autoridades públicas; a noção do que deve ser patrimônio cultural local.

Para entender o funcionamento de tal noção deve-se recorrer aos enunciados (1) e (3). Segundo percebe-se, nesses enunciados, a autoridade pública coloca numa mesma hierarquia diferentes prédios locais que poderiam ser pensados como patrimônio cultural local, embora no enunciado (1) sejam pensados como equipamento turístico. No entanto, nos enunciados (4) e (5) fica patente

a hierarquização dos prédios em função do fechamento de um deles em nome da eficiência de rendimento turístico expressa através da idéia de proximidade do roteiro turístico. Essas duas idéias estão relacionadas, a idéia de centralização é o que torna, no discurso da autoridade pública, um prédio mais eficiente do que outro para o turismo. Tal centralização não leva em consideração a utilização social que se dará ao prédio pelo morador local, mas a funcionalidade como equipamento turístico próximo aos demais atrativos.

Assim, através da idéia de centralização do patrimônio cultural próximo a um roteiro turístico entra novamente em ação o conceito de eficiência econômica da administração do patrimônio público. Apesar disso, no bojo dessa noção de centralização existe também uma priorização a respeito do que é patrimônio que está subentendida no discurso. Segundo Maingueneau (2001, p.33) "Esse tipo de implícito que se evidencia pelo confronto do enunciado com o contexto de enunciação, postulando-se que as leis do discurso são respeitadas, é denominado subentendido.". Assim, a partir da relação de sentido entre os quatro enunciados e levando-se em conta o contexto não só imediato, mas sócio-histórico, pode-se perceber o que está subentendido. Tais noções merecem então maior elucidação a respeito de seus contextos.

Em primeiro lugar, cabe destacar-se o contexto imediato da enunciação. Os enunciados são todos retirados de trechos de entrevistas. No entanto, os enunciados (1), (2), (3) e (4) foram retirados de um mesmo jornal local e o enunciado (5) retirado de uma entrevista a pesquisadores. Cabe destacar aqui, então, que embora os enunciados sejam todos resultantes de entrevistas, os quatro primeiros têm um caráter mais público e o quinto um caráter mais privado. Apesar

disso, mesmo no enunciado (5) a autoridade entrevistada tinha consciência da possibilidade da publicação de sua entrevista. Por esses motivos, considera-se que todos os enunciados são colocados de uma posição em que a autoridade os considera publicáveis. No entanto, não se pode deixar de perceber que o enunciado (5) se caracteriza por falar diretamente a um público específico, pesquisadores universitários. Assim (1), (2), (3) e (4) são mediados por estratégias discursivas adotadas para falar a um público generalizado admitindo que o que está subentendido é compartilhado por um público heterogêneo de leitores, ou seja, atravessa toda a sociedade. Assim, o que aqui será considerado implícito no discurso das autoridades é algo que o poder público pensa como subentendido por toda a população local.

Além do contexto de enunciação, nesse caso específico é preciso considerar também o contexto sócio-histórico da produção do discurso das autoridades locais. Como verificado anteriormente, o discurso do Estado em Ilhéus pode ser pensado a partir da idéia de hibridismo de Canclini (2003). Assim, em Ilhéus como em vários outros lugares da América Latina pode-se perceber a convivência de elementos tradicionais e modernos. O discurso neoliberal de Estado pode ser considerado moderno, pois está de acordo com a perspectiva de expansão, uma vez que preza pela mínima interferência possível do Estado como forma de possibilitar a eficiência do crescimento econômico. Por outro lado, existe uma característica tradicional que diz respeito às pessoas que hoje se encontram administrando o poder público em Ilhéus, o patrimonialismo. Essa premissa, descrita por Holanda em "As raízes do Brasil" através da idéia de cordialidade, significa dizer que o Estado é administrado em função de interesses pessoais e familiares (do

cordão latino) e não do interesse coletivo.

Pode-se perceber, através dos enunciados (1) e (3) que o que se poderia considerar patrimônio, no discurso neoliberal equipamento, refere-se principalmente a uma leitura da história local a partir do ponto de vista das elites locais<sup>3</sup>. Assim, pode-se perceber que tais grupos hegemônicos atuam ainda hoje através do aparelho de Estado para impor sua leitura do que é importante na história local e assim estabelecer também aquilo que é patrimônio. Pode-se constata-lo no enunciado observando-se que o prédio referente à cultura negra, dentro dessa visão patrimonialista da cultura local, está fora do lugar e que por isso mesmo foi logo retirado. Dentro da formação discursiva estudada e no contexto de enunciação e de produção do discurso dados, tais prédios considerados patrimônio são todos vistos como equipamentos, mas sua eficiência econômica é julgada pelo mesmo critério, a versão de história local sustentada pelo patrimonialismo de Estado. Assim, tomados os "equipamentos" dos enunciados (1) e (3): Teatro Municipal, a Casa de Jorge Amado, o Vesúvio, o Quarteirão Jorge Amado, o Memorial da cultura Negra, o Bataclan, verifica-se que o único não enquadrado na versão da história local sustentada pelo Estado é o Memorial da Cultura Negra. Assim, acredita-se que aí está o critério que permite pensá-lo como menos eficiente ou menos atrativo para o turismo local.

Dessa forma, pode-se ler através das condições sócio-históricas de produção do discurso o que está implícito nos enunciados (1) e (3), a visão patrimonialista do que é importante manter enquanto patrimônio cultural ou equipamento, que faz referência à história local. Pode-se também ler no enunciados (4) e (5), através do que está implícito, aquilo que não é considerado importante. Dessa forma, pode-se pensar que

<sup>3</sup>Para ver mais a respeito RIBEIRO, A.L.R. Família, Poder e Mito Ilhéus: Editus, 2001.

dentro desse viés patrimonialista o Memorial da Cultura Negra era uma idéia que estava fora do lugar e foi mais tarde extraída para dar coerência e continuidade ao discurso, sob a justificativa de que estava fora do roteiro turístico municipal, pensado através da idéia de centralização.

### Considerações finais

Como dito no início do trabalho, o que se procurou fazer através da análise do discurso das autoridades públicas sobre a cultura negra em suas relações com o turismo em Ilhéus foi detectar os mecanismos utilizados no exercício de poder que possibilitavam a produção de um "regime de verdade". Esse regime de verdade pode ser pensado dentro da teoria da Análise do Discurso como formação discursiva. Uma formação discursiva é composta por critérios que autorizam a produção de um determinado número de enunciados, tais critérios podem ser identificados com mecanismos de exercício de poder que regem cada formação discursiva. Assim, ao enfatizar as condições de produção de determinado discurso, procurou-se pelos mecanismos sócio-históricos que delimitam aquilo que pode e deve ser dito sobre uma formação ideológica, no caso cultura negra em suas relações com o turismo, a partir de uma determinada posição social.

O que se pôde perceber a partir da análise realizada foi que os critérios para a delimitação dos discursos aceitáveis dentro daquilo que foi chamado de discurso institucional sobre cultura negra em suas relações com o turismo podem ser divididos, grosso modo, entre os critérios históricos e aqueles relacionados ao exercício de poder, embora numa análise mais detida perceba-se que uma coisa não existe sem a outra. Assim, no grupo dos chamados critérios históricos de produção do discurso podem ser enquadrados; a produção de uma versão oficial da história local que determina aquilo

que pode ser dito a respeito da cultura local, o passado patrimonialista da política nacional e a convivência de elementos tradicionais nas sociedades ditas modernas. Entre os critérios relacionados ao exercício do poder pode-se enquadrar a relação de colaboração com o discurso neoliberal de administração do Estado, a presença de uma elite que controla a política local e que determina quais discursos podem ser enunciados sobre o passado no bojo do Estado e a utilização da função genealógica da história como instrumento de exercício e manutenção de poder e como critério de escolha.

É importante destacar que tal divisão é esquemática e, portanto, reducionista, mas que na análise realizada justifica-se na medida em que sua função é sistematizar aquilo que está presente dentro de uma formação discursiva. Importa dizer que todos os elementos constituintes da formação discursiva, ainda que sistematicamente separados estão imbricados um no outro e só funcionam conjuntamente. Dessa forma, os mecanismos denominados históricos que autorizam a produção de determinado tipo de enunciado só tem utilidade no discurso e na política como formas de legitimar ou justificar o exercício de poder por determinado grupo. Assim, acredita-se ter podido identificar dentro dos critérios que delimitam o que pode ser dito dentro da formação discursiva das autoridades públicas sobre cultura negra em suas relações com o turismo os critérios que delimitam o regime de verdade institucional sobre cultura negra. Também se considera ter atingido a identificação de alguns mecanismos importantes de exercício de poder que garantem a preponderância do discurso institucional sobre outros produzidos por atores diferentes sobre o mesmo tema.

Dessa forma, se pode dizer que em Ilhéus, o discurso institucional sobre a cultura

negra, em suas relações com o turismo, se assemelha à idéia de delimitação de um regime de verdade onde a verdade está circularmente ligada a mecanismos de exercício de poder. Assim, a verdade institucional sobre cultura negra se liga a efeitos de poder que garantem, através do discurso e da sua capacidade de interpelar os indivíduos em sujeitos, uma hierarquia social que valida uma versão da história e uma dominação política e econômica.

### Referências Bibliográficas

- ABREU, R, CHAGAS, M (Orgs) Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- AMADO, J. Gabriela, Cravo e Canela: crônica de uma cidade do interior. São Paulo: Record, 2002.
- ASMAR, S.R. Sociologia da Microregião Cacaueira. Itabuna: Itagrafe, 1983.
- BRANDÃO, H.H.N. Introdução à análise do discurso. Campinas, SP: Edunicamp, 1997.
- CAMPOS, S. Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus. Rio de Janeiro: MEC, 1981.
- CANCLINI, N. G. Culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Coleção tópicos).
- \_\_\_\_\_. Microfísica do Poder Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- GARCEZ, A.N.G. & FREITAS, A.F.G. Bahia Cacaueira: um estudo de história recente. Salvador: Centro Histórico e Didático da UFBA, 1979.
- HOBBSBAWN, E. J. Nações e Nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOLANDA, S.B. As raízes do Brasil. 26ed. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- IANNI, O. O labirinto latino americano. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- LAURELL, A.C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, A.C. Estado e políticas sociais no neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 2001.
- MAINGUENEAU, D. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARX, K & ENGELS, F. A ideologia alemã. 5 ed. São Paulo: Hucitech. 1973 Tradução de BRUNI, J.C e NOGUEIRA, M.C. do original em alemão de 1845-1846.
- ORLANDI, E.P. A Linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso. 4 ed. Campinas: Fontes, 2001.
- RIBEIRO, A.L.R. Família, Poder e Mito Ilhéus: Editus, 2001.
- ZERMEÑO, S. O Estado neoliberal e o esvaziamento do espaço público. In: MALAGUTI, M.L. A quem pertence o amanhã: ensaios sobre o neoliberalismo. São Paulo: Loyola, 1997.